Capitalismo: Crise ou Avatar?

Marcos Costa Lima

I. A Nova (des)ordem Mundial

"Urbi e Orbi"

Até o século XIX, a vasta maioria da população mundial, mesmo nos estados mais avançados, não podia ler nem escrever e, em sua maior parte, viveram e morreram perto do lugar onde seus ancestrais tinham vivido.

A constatação de Benedict Anderson (1992) torna-se ainda mais rica quando contrastada com um dos fenômenos mais característicos do capitalismo moderno – a urbanização, que é migração, deslocamento.

Luzes neon, verticalização de edifícios, aglomeração, multidão solitária, guetos, favelas, engarrafamentos de carros, poluição, espera de metrô, velocidade, salas de espera de aeroporto, cabines de telefone, fax, redes micro-eletrônicas, transplantes de órgãos, clonagem de gens, estranhamentos. As grandes cidades modernas constroem suas iconografias, a cada momento mais homogêneas, pasteurizadas, universais.

Temáticas, Campinas, 1(1/2):1-36, jul./dez. 1993.

No topo dos edifícios, antenas sintonizam o cotidiano de Manaus, Berlim, São Paulo, Tókio, Somália, Los Angeles: crimes, mudanças de governo, àlta do dólar, fechamento de fábricas, inflação, instabilidade climática, derramamento de petróleo no Alasca, as últimas atribulações da família real inglesa. Assistimos pela televisão alguns lances pirotécnicos da Guerra do Ocidente contra o Iraque. Na antiga União Soviética, Boris Yeltsin discursava em cima de um tanque de guerra.

A "realidade" passa a ter a dimensão da imagem; a história, o processo que produziu aqueles momentos, torna-se um "clip". O contato com terras e línguas distantes, ao mesmo tempo que estabelece novos horizontes, simplifica os significados, reduzidos a clichês. Proliferação de informações mal digeridas, superficializadas.

Não se trata aqui de analisar o conteúdo destas imagens, tão pouco enveredar pelo desvelamento da força ideológica da mídia; apenas ressaltar ao nível fenomenológico, a dimensão da mudança.

O mundo tem vivido um intenso processo de transformação desde o início da segunda metade do século. Basta assinalar que em 1980, 22 cidades do mundo periférico apresentavam uma população superior a 4 milhões de habitantes, e eram 16 no mundo desenvolvido (Relatório do Brasil/CNUMAD-1991).

Os fundadores da sociologia em suas tentativas originais de estabelecer o conhecimento propriamente científico do social, tiveram a genial premonição do momento presente. Marx e Engels em seu Manifesto de 1848 diziam que (...) *"O contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (...). Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...). As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia."*

Durkheim, em sua tese de doutoramento sobre a divisão do trabalho social, afirmava em 1893 que *"Enquanto em outros tempos as*

funções econômicas só tinham um papel secundário, hoje ocupam o primeiro plano. Diante dela vemos as funções militares, administrativas e religiosas recuarem cada vez mais. Só as funções científicas têm condições de lhe disputar a posição: e mesmo assim a ciência hoje só tem prestígio na medida em que pode servir à prática, isto é, em boa parte, às profissões econômicas. Por isso se pôde afirmar a respeito de nossas sociedades, com uma certa razão que elas são ou tendem a ser essencialmente industriais."

Em 1910, o "médico" austríaco Rudolf Hilferding, em seu *O capital financeiro*, considerado como um volume adicional de *O Capital* de Marx, chamava a atenção para o aprofundamento da interdependência internacional dos processos econômicos, quando diz que o entendimento da crise européia de 1907 só se daria pela compreensão da repercussão da crise americana (Hilferding, 1983).

Se ampliarmos o foco da discussão introduzindo a dimensão mais propriamente sociológica, teremos que o capitalismo "moderniza" o mundo, estendendo o conceito, para além da acumulação ampliada de capital e das particularidades do mundo do trabalho, aos poderes políticos centralizados, à formação dos Estados nacionais, à expansão da cidadania e ampliação dos direitos de participação política, supremacia do espaço urbano, formação escolar formal, secularização dos valores e normas, avanço científico e burocracia, ou seja, introduzimos a problemática iluminista e o pessimismo weberiano em relação àqueles pensadores que *"mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal"*. O legado do iluminismo teria sido o triunfo da racionalidade proposital-instrumental e o seu desenvolvimento não levaria à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma "jaula de ferro" que é a burocracia (Bernstein, 1985:5).

Como afirmo em outro ensaio, no contexto da lógica weberiana o processo de racionalização estava na base do desenvolvimento das sociedades modernas e era instrumentalizado a partir de dois sis-

temas interligados de modo funcional: as empresas capitalistas e o aparelho burocrático do Estado (Lima, 1992:a).

A aceleração da degradação ambiental, a fome atingindo grandes contigentes da população mundial, as duas guerras mundiais, as catástofes nucleares, fazem o lado sombrio do século XX, e têm dado razão ao pessimismo weberiano.

Um outro ponto de vista, bastante associado aos tempos modernos, é o irracionalista, que associa modernidade à energia vital, vontade de viver e de poder, difundido por Nietzsche através da luta e supremacia do dionisíaco sobre o apolíneo: *"Ser a um só e mesmo tempo destrutivamente criativo"*.

Neste sentido, é interessante a articulação que faz Harvey (1989:26) entre a imagem nietzscheana da destruição criativa e a criação destrutiva e o economista Schumpeter que considerava o empreendedor (empresário) capitalista uma figura heróica, o *"destruidor criativo par excellence"* porque estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. E era somente através deste heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter, a destruição criativa era o *"leitmotif progressista do desenvolvimento capitalista benevolente."*

Retomando portanto o fio condutor deste ensaio temos que lançar mão do argumento de Lévi-Strauss em *Raça e história*, segundo o qual a *"existência de uma civilização mundial é um fato provavelmente único na história... Na verdade, desde a século e meio a civilização ocidental tende, quer na totalidade, quer para alguns de seus elementos-chave como a industrialização, a expandir-se no mundo: e que, na medida em que as outras culturas procuram preservar alguma coisa de sua herança tradicional, esta tentativa reduz-se geralmente às superestruturas, isto é, aos aspectos mais frágeis e que podemos supor serem varridas, pelas profundas transformações que se verificam"* (Lévi-Strauss, 1973:89).

Em que pesem todos os estudos e análises percucientes, sobre o processo de globalização (Amin:1991, Latouche:1989, Attali:1991,

Ianni:1992) em curso, é necessário também apontar para o aspecto da crise estrutural do capitalismo, a completar 20 anos em 1993; não para buscar o sentido da ortodoxia marxista de crise final, mas para compreender melhor o fluxo da história, a dimensão e a radicalidade das mudanças em curso. Afinal, nunca é demais lembrar que para os neoclássicos a crise não é uma categoria econômica, desde que por uma regulação de mercado, existem no máximo, desequilíbrios temporários, que geram flutuação de curto prazo e que se corrigem por si só. A análise que Milton Friedmam fez sobre a Grande Depressão de 1929 é ilustrativa, pois o economista atribui a um fator "exógeno", no caso a um erro do Federal Reserve – o banco central norte-americano – que restringiu excessivamente o volume da moeda (Brunhof, 1991).

Mas há muito mais coisas no ar do que as simples políticas monetaristas, a começar pela dificuldade de se regular uma economia pelo mercado num sistema monopolizado, quando os preços são administrados fora dele, através das grandes corporações, trustes e cartéis. Esta aliás é uma das características centrais da internacionalização do capital em escala ampliada.

Uma segunda característica é o fim da Guerra Fria e uma nova Geopolítica, organizando-se a partir de blocos de interesses: 1. Os EUA, o Canadá e o México; 2. O Mercado Comum Europeu; 3. O Japão e demais tigres asiáticos, a Austrália e a Nova Zelândia, configurando o bloco do Pacífico; 4. A Rússia e alguns países da antiga URSS; 5. Uma incerteza quanto à situação dos chamados periféricos e aqueles do antigo 2º Mundo. Os primeiros, como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que articulam com dificuldades o MERCOSUL e sofrendo pressões do NAFTA; a India e a China que ainda são incógnitas e aqueles países ex-COMECON, como a Tchecoslováquia, Polônia, Hungria que se aproximam da Comunidade Européia. De qualquer forma, a atual fase da economia mundial é tão instável que não seria demasiado afirmar que o *mapa*

mundi está sendo redesenhado em função sobretudo da *débâcle* do Leste Europeu.

A terceira característica é a internacionalização sem precedentes da produção industrial, organizada por gigantescos conglomerados transnacionais e que assinala para a quarta característica, a saber: as dificuldades dos Estados-Nações em estabelecerem políticas econômicas locais, num mundo em fase de desterritorialização. Em quinto lugar a emergência de um novo paradigma tecnológico, estruturado a partir do complexo eletro-eletrônico, que tem, por um lado, propiciado investimentos maciços em capital fixo e, por outro, acelerado o crescimento das taxas de desemprego. Em sexto lugar, a ascensão da economia japonesa como centro de gravitação e vetor dos sistemas de fabricação flexíveis de produtos.

Em último lugar, mas não menos importante, a terciarização das economias centrais, representando por exemplo, 62% dos efetivos assalariados na França e 65.2% na Inglaterra em 1983 (Petit, 1987, Ward, 1987).

Antes de concluir esta Introdução, e apresentar os desdobramentos deste texto, é necessário dizer de forma sintética que, se um grande número de autores aponta a tendência da "globalização" como aprofundamento da internacionalização, isto não representa unanimidade e nos restringiremos a pontuar os argumentos de Benedict Anderson, por serem bastante modelares de uma determinada corrente intelectual.

Anderson (1992) chama de "perigosas extravagâncias" quatro assertivas que julga devam ser descartadas: a primeira diz respeito à "fragmentação e desintegração" do mundo. Uma visão da integração seria conservadora, pois imagina que cada *status quo* é simplesmente normal.

O segundo preconceito, e que decorre em parte do primeiro, trata do relacionamento entre capitalismo, mercados e tamanho do Estado. Comentadores tanto à esquerda quanto à direita assumem que "pequenos" países, com limitados recursos em matérias primas

e trabalho, são países quase-inviáveis em face dos gigantes industriais e com as exigências da economia capitalista mundial. Anderson argumenta que numa economia mundial altamente interconectada, são justamente os pequenos países, ética e religiosamente homogêneos que se saem melhor e cita os exemplos da Holanda e Bélgica, Finlândia, Noruega e Áustria em comparação com a Itália e a França.

Na Ásia ele compara pequenos países como Coréia do Sul, Tailândia, Singapura e Japão com a Índia, a Indonésia, Sri Lanka ou Paquistão. O argumento é que em pequenos países homogêneos, o sentido da solidariedade nacional é especialmente forte, tornando mais fácil para políticos e líderes econômicos pedir sacrifícios sem necessitar de coerção, desenvolver relações industriais mais "suaves" e efetivamente buscar nichos especializados na divisão internacional do trabalho.

A terceira "extravagância" é afirmar que as corporações transnacionais têm de alguma forma tornado o nacionalismo obsoleto. O deslocamento de uma General Eletric dos EUA para a Venezuela ou Zâmbia não diz, por exemplo, que aqueles que controlam a General Eletric são esmagadoramente cidadãos norte-americanos, vivem nos EUA, são cidadãos nos EUA.

A quarta falsa premissa é que existiria uma inescrutável conexão entre o capitalismo e a paz, entre o livre-mercado e a prosperidade.

Anderson, na contra-corrente da globalização aponta não só para a vitalidade do nacionalismo, mas também para a criação de um nacionalismo de novo tipo, o nacionalismo de longa distância, estimulado pelas correntes migratórias no mundo contemporâneo.

Sem querer detalhar aqui esta polêmica, me parecem frágeis suas *dangerous fancies* 2 e 3. A segunda porque de imediato poderíamos citar inúmeros pequenos países homogêneos ética e religiosamente vivendo em condições as mais precárias; a terceira esquece de dizer, por exemplo, que um dos problemas graves, hoje, nos EUA, é o crescimento da *underclass* em certa medida em função do deslocamento

das grandes empresas norte-americanas pelo mundo. Celso Furtado apresenta um dado espantoso segundo o qual *"o faturamento das empresas norte-americanas no exterior alcançou em 1988, 827 bilhões de dólares, superando o valor global do comércio exterior (exportação e importação, o qual atingiu nesse ano 765 bilhões de dólares"*).

A conclusão do economista é portanto *"que a economia norte-americana já não deve ser vista como um sistema econômico nacional, cujo comportamento pode ser apreendido com os meios de análise tradicional"* (Furtado, 1992).

Nos últimos 25 anos, o comércio exterior vem crescendo bem acima das taxas de expansão das economias nacionais. Dezenas de milhões de trabalhadores, em todo o mundo, estão com os respectivos empregos diretamente atrelados ao fluxo das trocas comerciais entre os povos. Este crescimento foi em grande parte estimulado quer pelas importações norte-americanas, quer pelo deslocamento de suas multinacionais mundo afora. Os reflexos dessa política e acúmulo de *déficits* na balança comercial já têm provocado seus efeitos, por exemplo, na eleição do democrata Bill Clinton, que fala em geração de emprego no mercado interno, num EUA que vê a cada ano crescer o número dos "sem tetos", estimados hoje em 700 mil, número que vem crescendo entre 10 a 25 % ao ano (**The Independent**, 30/11/92).

Finalizando este capítulo, apresento os próximos ítens que compõem o trabalho, a saber:

II - Um rápido panorama do que representou a "idade de ouro do fordismo" (1945/75), bem como os antecedentes da crise econômica mundial;

III - As consequências da crise; e

IV - A inserção da América Latina no contexto da internacionalização do capital em escala ampliada e os desdobramentos da "década perdida" na dinâmica da globalização.

II. O Círculo Virtuoso de 30 Anos e os Antecedentes da Crise

"A história está sempre a recomeçar, está sempre em elaboração, e, constantemente, a ultrapassar-se."
Fernand Braudel

O período que vai de 1945 a 1973 pode ser considerado como o de maior êxito de desenvolvimento da economia capitalista. A taxa média de crescimento econômico mais que dobrou em relação às taxas alcançadas no passado em períodos de tempo similares.

Tabela 1
Taxas Médias Anuais de Crescimento das Economias Capitalistas Avançadas

Países	média 1960-73	média 1974-78	queda % do Patamar de crescimento
EUA	3.9	2.2	- 44
Japão	10.5	3.7	- 65
Alemanha	4.9	1.7	- 65
França	5.7	2.8	- 51
Inglaterra	3.2	1.1	- 68
Canadá	5.4	3.4	- 37
Itália	5.2	1.9	- 63

Fonte OECD, in Coutinho (1982) "Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista", *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, in Belluzo e Coutinho, Brasiliense, São Paulo.

Mas a "idade do ouro" do pós-guerra não se restringiu aos países avançados, basta dizer que o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu no pós-guerra a uma taxa média que ultrapassou os 7% ao ano.

Foi um desempenho superior ao conjunto dos países capitalistas desenvolvidos (Serra, 1982). Nesse mesmo período, a taxa de crescimento anual da América Latina (excluindo o Brasil), foi de 4% (Furtado, 1964).

Este crescimento se deve em grande parte à tendência à integração das economias centrais:

1. Desmantelamento das barreiras protecionistas, estimulando a complementariedade entre economias;

2. Estilo tecnológico que se impôs por toda a parte, traduzindo as condições específicas do desenvolvimento da economia norte-americana, fazendo convergir a hemogeneização dos mercados com os níveis de produtividade e dos padrões de vida. Este período representa o auge do fordismo e da economia de escala. Os salários crescem, bem como constitui-se na Europa um sistema universal de seguro-social e serviço médico gratuito.

   Como afirmou Aglietta (1979), o modelo americano não impregnou somente os modos de produção – as normas de produção – mas também o modo de vida – as normas de consumo.

3. Expansão da economia dos EUA sob duas formas:
   1. penetração no exterior das empresas norte-americanas, sobretudo na Europa Ocidental;
   2. abertura do mercado interno a novas importações, o que beneficiou sobretudo a Alemanha e o Japão.

A economia norte-americana abriu-se ao exterior não pelas formas tradicionais de exportação de mercadorias e/ou capitais, mas sim, projetando extra-muros seu próprio sistema produtivo.

A crescente integração dos mercados das economias centrais fez-se favorecendo as indústrias que se apoiavam em economias de escala e que estavam na vanguarda tecnológica, principalmente no que diz respeito à introdução de novos produtos.

O forte dinamismo dessas indústrias, diretamente beneficiadas pela integração dos mercados, operou como fator de crescimento, induzindo a transformação de outros setores e abriu espaço para a

elevação dos salários reais, o que justificou e realimentou a busca de técnicas intensivas de capital (Furtado, 1987). Na França, por exemplo, os investimentos na formação bruta de capital fixo cresceram a um ritmo anual de 7.1% de 1959 a 1974 (Petit, 1987).

A transnacionalização de significativo grupo de empresas permitiu reduzir custos mediante a incorporação de fatores de mais baixa remuneração localizados no exterior, mas também gerou pressões sobre a balança de pagamento do país líder, os EUA - e o desemprego chamado estrutural. Em conseqüência, o peso relativo do mercado interno dos EUA declinou, ao mesmo tempo que aumentava a importância relativa do faturamento no exterior, nas vendas das empresas norte-americanas.

O declínio da competitividade industrial dos EUA no mercado doméstico (interno) é patente nos dados apresentados por (Hoffman e Kaplinski, 1988). Tomando como base os automóveis e os equipamentos eletrônicos, a participação das firmas norte-americanas cai, no tocante a produção de automóveis, de 96% para 79% entre 1960 e 1974. Já no setor de equipamentos eletrônicos, a queda é bem maior, de 94% para 49% no mesmo período.

A partir de meados da década de 60, a taxa de lucros começa a declinar nesse país. O ritmo de crescimento da produtividade diminui, mantendo-se a tendência de aumento do sálario real, (ver Tabela 2).

A perda de fôlego do ritmo de crescimento nos EUA, logo se fará sentir nos demais países avançados, (ver Tabela 3).

TABELA 2
ESTADOS UNIDOS - (EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - Média anual do período.)

Período	indústria manufatureira	total indústrias
1947/66	3.1%	3.5%
1966/74	1.6%	1.7%

Fonte: Aglietta (1979), *Regulación y crisis del capitalismo*, Siglo Ventiuno, pp. 67/68.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - (PRODUÇÃO POR TRABALHADOR EMPREGADO - Média anual do período.)

Países	Períodos				
	1970/60	1973/70	1976/74	1979/76	1882/79
França	4.9	5.1	2.7	3.0	1.6
RFA	5.5	3.6	3.1	3.0	0.8
Reino Unido	2.6	3.3	1.0	1.7	2.1
Itália	6.2	4.0	1.0	3.0	0.6
EUA	1.9	2.7	0.2	0.8	0.9
Japão	11.2	6.4	1.9	3.9	2.2

Fonte: Boyer e Mistral, "Politiques Economiques et Sortie de la crise", **Futuribles**, Paris, nº 70, oct. 1983, pp.37 a 66.

A queda do ritmo de crescimento da produtividade se deve a diversos fatores:

1. Ao absenteísmo - falta voluntária ao trabalho.
2. Aumento do número de trabalhadores que abandonavam o emprego. Em 1969, na Chrysler/EUA quase metade dos trabalhadores não chegavama completar 90 dias de trabalho (**Debate Sindical**, 1988).
3. "descuido" dos trabalhadores com o resultado final do trabalho.

TABELA 4

INDICADORES DO SUCESSO DO CRESCIMENTO FORDISTA - 1960/73
(TAXA ANUAL MÉDIA SOBRE O CONJUNTO DO PERÍODO)

Países Indicadores	França	Reino Unido	Irlanda	Bélgica	Espanha*	Itália	RFA
- Crescimento/PIB	5.6	3.1	4.4	4.9	6.6	5.3	4.5
- Produtividade per capita	4.9	2.9	4.3	4.2	5.4	5.6	4.2
- Salário Real	5.0	3.3	5.4	5.0	6.4	6.5	5.3
- Emprego	0.7	0.2	0.1	0.7	1.1	0.3	0.3
- Desemprego	1.0	2.1	4.7	2.3	2.1	5.2	0.8

Fonte: **Economia Européia**, nº 22, nov. 1984, pp. 225-227 e **Economia Européia**, nº 20, jul. 1984, *Quadro p. 11.*
(*) Espanha - 64/73.

Estes fatores tinham conseqüências para as empresas, quando a imprevisibilidade das faltas reduz a capacidade de planejar a produção; a necessidade de repor o absenteísmo impõe a existência de um contingente maior de trabalhadores do que tecnicamente se requer, bem como a queda da qualidade fazia elevar os custos da produção, pelo desperdício da matéria-prima, de energia, de capacidade de trabalho, de um maior número de trabalhadores para controle de qualidade.

É fundamental assinalar que este é um período extremamente agitado em termos políticos, haja visto o movimento de maio de 68 na França, luta pelos direitos civis nos EUA, a Primavera de Praga, os confrontos na Alemanha. Começa a "fazer água" o barco do compromisso capital x trabalho do após-guerra, que representava a aceitação da modernização com a garantia de que os trabalhadores seriam beneficiados em seus níveis de vida pelos ganhos de produtividade correspondentes.

Mas seria excessivo atribuir a queda do ritmo de produtividade apenas aos fatores anteriormente assinalados. A intensa divisão do

trabalho fordista também ocasionava o surgimento de um tempo em que o produto em elaboração ficava circulando entre um posto de trabalho e outro, sem que sobre ele se agregasse trabalho humano. Nesse sentido, desponta um outro fator fundamental na crise que é a concorrência introduzida pelo Japão através de formas de produção e de organização flexíveis que têm revolucionado desde então o cenário mundial.

O crescimento da concorrência também impulsiona o monopólio e o fortalecimento das grandes corporações. *"As disparidades no custo da mão de obra estão na base do amplo processo de localização no exterior de fração crescente de empresas industriais norte-americanas desde os inícios dos anos 70. Por essa época, o salário médio mensal do trabalhador atingia 1.220 dólares, na Coréia do Sul não passava de 68 dólares, em Singapura, de 60, e em Hong-Kong, de 82 dólares"* (Furtado, 1992, p. 19).

Só a título de contextualização, hoje, no Brasil, há grande embate político para se elevar o salário mínimo para 100 dólares, isto vinte anos depois ... *ABUSUS NON TOLLIT USUM!*

Aqui já se pode vislumbrar um dos principais elementos da crise, ou seja: a atividade crescente das transnacionais escapando em grande medida ao controle dos centros de decisão nacionais e plurinacionais existentes, transformando-se em foco de instabilidade, anulando os possíveis instrumentos de regulação de política monetária, fugindo aos sistemas de controle e coordenação existentes, pondo em xeque as medidas corretivas – quer anti-inflacionária, quer de combate ao desemprego – que viessem a ser exercidas isoladamente por qualquer país.

III. Conseqüências da Crise: impasses do keynesianismo, do Estado-Nação, das políticas de Welfare-State

"A máquina louca prossegue sua obra de desenraizamento planetário."

Serge Latouche

Os schumpeterianos têm um entendimento atraente dos processos de crise, mas que não deixa de ser problemático.

Esta literatura tem defendido a idéia segundo a qual a mudança técnica, sua maturação e esgotamento (crise) se desenvolvem tal como a propagação de ondas ou ciclos e sua difusão se dá também por ondas de imitação sucessivas. Aqui fica evidente a tese de Kondratieff, através da interrelação entre as ondas de mudanças técnica e as ondas largas de crescimento econômico. *"Por trás da variedade aparentemente infinita de tecnologias em cada período de ascensão econômica existe um conjunto diferenciado e específico de princípios gerais de 'sentido comum', cuja aceitação e aplicação define uma trajetória tecnológica geral até a fronteira da 'prática produtiva ótima' do período em questão. Estes princípios se aplicam tanto na geração de inovações como na organização da produção em uma empresa após a outra, em um ramo após outro, dentro de cada país e de um país a outro."* (Perez, 1984)

Este processo de propagação – conjunto de tecnologias em difusão – produz um período prolongado de crescimento econômico até esgotar-se. A descida de cada onda larga representaria um processo duplo de abandono do modelo esgotado e da propagação inicial do novo.

No período que estamos analisando (1945-73), estaria esgotado o principal elemento que deu origem ao paradigma fordista: o petróleo barato. Da mesma forma como na onda anterior, detonada no fim do século XIX, o elemento chave foi o aço barato.

Mas não basta um insumo-chave, conseguido através de inovações técnicas e organizativas radicais, para impulsionar o novo paradigma. Foi necessária a intervenção do Estado através de políticas keynesianas (New Deal, Plano Marshall e mesmo o militarismo belicista à *la* Reagan). Da mesma forma a criação de um conjunto de mecanismos capaz de fomentar a demanda, desde os mais diretos como o controle da quantidade de dinheiro no mercado, aos gastos de governo, até os mais indiretos como o crescente sistema de créditos ao consumidor. Ao lado disto, toda uma política de Bem Estar Social bastante desenvolvida como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-família, seguro desemprego, pré-aposentadoria, que mantém elevados os níveis de demanda, absorvendo muitas vezes 1/4 do Produto Interno Bruto de países avançados como a França.

Retomando o aspecto da integração das economias centrais, é significativo o fato de que o fluxo de interpenetração de capitais, dos EUA na Europa e do Japão e Alemanha nos EUA, possibilitou uma intensificação da renovação tecnológica nestes últimos países, como forma de se contrapôr à penetração dos oligopólios norte-americanos, justamente em "setores onde a indústria dos EUA já havia gerado investimentos e processos (ainda no período da guerra), mas não podia utilizá-los sem depreciar massas consideráveis de capital fixo recém-instalados (Belluzo e Coutinho, 1982).

Em 1973, a quadruplicação dos preços do petróleo vai exigir ajustes macroeconômicos em todos os países industrializados. O Japão, extremamente vulnerável em termos de matérias primas, buscou a eficiência industrial para aumentar as exportações, através de uma transformação tecnológica centrada na eletro-eletrônica de ponta, nas novas formas de organização da produção e no pleno emprego.

O escopo deste ensaio não permite nem justifica uma reflexão mais detalhada e profunda do que tem representado a verdadeira revolução, em termos de produtos e processos de trabalho introduzidos pelo Japão, sobretudo nos últimos 30 anos; contudo, seria equivocado não apontar as principais linhas que norteiam este de-

senvolvimento que tanto tem provocado alterações, seja ao nível da elaboração teórica, seja ao nível da produção. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que o processo sócio-econômico do Japão no pós-guerra estabeleceu um desequilíbrio nas relações de produção internacionais, dando vazão a uma escalada de competitividade, com reflexos no padrão de investimentos, no crescimento dos gastos em Pesquisa & Desenvolvimento, no reconhecimento das fragilidades do fordismo.

Os investimentos japoneses diretos nos EUA subiram de 4,7 bilhões de dólares, em 1980, para 53 bilhões em 1988, período em que os investimentos norte-americanos diretos no Japão cresciam de 6,2 bilhões para 16,9 bilhões de dólares (Furtado, 1992).

Se tomarmos como ponto de partida o livro de Coriat (1991) que consiste numa comparação entre os métodos americanos de produção, ou seja, o taylorismo e o fordismo e o modelo japonês, o toyotismo ou ohnismo, veremos o quanto a supremacia japonesa está alicerçada na flexibilidade.

O sistema foi construído tendo por base a necessidade particular do Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos tipos de produto. É um sistema de diversificação, já que para um país de mercado limitado seria inapropriado o modelo fordista de produção de escala; nas palavras do próprio Ohno, *"fabricar a baixo preço pequenas séries de numerosos modelos diferentes"* (Coriat:19).

Também aliado a uma outra característica do país, a carência de matérias-primas: a formação dos *stocks* passa a ser um problema. A partir daí duas inovações são introduzidas para evitar as disfunções: a usina mínima (magra) e a "direção pelos olhos".

No primeiro caso, tratava-se de "enxugar" os trabalhadores em excesso bem como adequar os equipamentos, gerando unidades flexíveis, capazes de absorver as flutuações da demanda.

No segundo caso, a "direção pelos olhos", também trabalha no sentido de evitar o supérfluo e a cada instante permite visualmente exercer um controle direto sobre os operários.

Coriat apresenta em detalhe todo o processo político que permitiu o desenvolvimento do modelo japonês, desde a crise financeira de 1949, a grande greve de 1950 com duração de dois meses, até a submissão do movimento sindical que passa a ser gerido pelas empresas, num conjunto de contrapartidas dadas aos trabalhadores como o emprego vitalício e a aposentadoria aos 55 anos.

Não é supérfluo citar estes elementos históricos pois um grande número de trabalhos sobre o "milagre japonês" ignora por completo a esfera política, como se o futuro surgisse do éter.

Passamos a assinalar os pontos principais que deram origem ao modelo japonês e que vêm sendo, de forma completa ou por partes, adaptados por toda a economia mundial:

1. A produção se dá pela demanda - invertendo a ênfase fordista na produção contínua e seriada, bem como na criação da demanda - o que permitiu às indústrias japonesas uma flexibilidade na produção, por exemplo, as automobilísticas oferecerem um crescente e variando número de alternativas para os clientes;

2. Flexibilidade em Produto e Processo: enquanto os europeus e norte-americanos introduziram novos modelos de automóveis com seis anos de intervalo e em alguns casos com mudanças superficiais, os japoneses introduziram novos modelos em programas de 3 a 4 anos.

Há uma enorme diferença entre japoneses e norte-americanos na impressão das peças de metal com desenho para as carrocerias. *"A mudança de desenhos nas chapas levam dois minutos na MAZDA enquanto só agora o processo passou de 8 horas para 45 minutos nos EUA"* (Kaplinsky, 1988).

No Japão, deu-se uma redução impressionante do tempo necessário para a fabricação de um veículo, 12 horas, se compararmos com as 17 horas na Itália e 21 horas na França.

3. Multi-habilidade e trabalho multi-tarefas: trabalhadores japoneses são contratados numa categoria geral e não para cumprir tarefas específicas;

4. Redução dos Estoques (*Just-in-Time Production*): que possibilita a diminuição do capital imobilizado e um estreitamento da relação com os fornecedores (terceirização);
5. Zero Defeito e Círculos de Qualidade: já explicitados pela usina mínima e direção pelos olhos, bem como estimular participação dos trabalhadores em todos os aspectos da produção onde está envolvido;
6. Envolvimento crescente de trabalhadores no aperfeiçoamento técnico;
7. Importância crescente da terceirização – subcontratação entre grandes e pequenas empresas (*Putting-Out*).

Os resultados obtidos pelo Japão, no redesenho de um novo sistema industrial provocou uma verdadeira febre de investimentos em tecnologia. A acumulação de capital alimenta-se do lucro, portanto, é necessário nesta lógica que os recursos investidos proporcionem uma renda líquida aos empresários, sem a qual estes não estarão inclinados ao investimento. Ora, se o aumento da produtividade dos trabalhos passa pela automação dos processos de produção, a despesa em capital fixo (equipamentos) aumenta em relação aos salários. O aumento da produtividade pode gerar redução dos custos salariais, pelo enxugamento da mão-de-obra. Mas, ao mesmo tempo que a composição técnica do capital cresce, ela faz baixar a taxa de lucros, pelo maior tempo de maturação para amortização dos investimentos.

Neste ponto impressiona a aguçada antecipação de Marx quando afirmava que *"a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua"* (Marx, *O Capital*, livro I, vol. 2, p. 732).

No mesmo sentido, dizia que *"toda forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parcela da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente desempregados"* (Marx, idem, p. 735).

O desemprego é o grande problema desta "Terceira Revolução Industrial e Tecnológica" que, à exceção do Japão e do Tigres Asiáticos vem crescendo, de 1973 aos dias de hoje, caracterizando o que se tem convencionado chamar de modernização conservadora: por um lado, alteração estrutural do mundo do trabalho, criando novo segmento de trabalhadores polivalentes e mais capacitados; por outro, ampliação do desemprego e da flexibilização do trabalho, ou seja, formas de trabalho precárias, sem nenhuma proteção social.

> *"Efetivamente, em quase todos os países capitalistas avançados, após cerca de oito anos de crescimento, o desemprego alcançava, em 1990, duas vezes os níveis das décadas de 60 e 70. Em contrapartida, ampliava-se a desigualdade, já que o desempregado mantem-se mais tempo nesta situação e tem menos cobertura da Seguridade Social, sendo que os mais atingidos são os jovens, os mais idosos ou aqueles com menor qualificação."* (Mattoso, 1992)

Este tem sido o resultado das políticas neoliberais implantadas e decantadas sobretudo quando da derrocada do socialismo real.

Com exceção do Japão e em parte da Alemanha,

> *"os demais países da OCDE responderam à perda da capacidade de regulação monetária e financeira da economia norte-americana na década de 70 através dos ajustes recessivos, seguidos por ciclos curtos de recuperação. Deteriorava-se o padrão global de industrialização (produção-consumo e financiamento), herdado do pós-guerra, com poucas experiências setoriais de reordenamento industrial".* (Tavares, 1992)

Por constraste, temos que nos anos 60, as discussões de política econômica buscavam a eficácia dos instrumentos orçamentários e monetários como condição para o crescimento econômico com níveis de inflação baixos e quase pleno emprego. Já a partir da metade dos anos 80, ocorre uma mudança radical. Os instrumentos de regulação

ainda são utilizados, mas com o sentido precípuo de reduzir a inflação, mesmo ao preço do desemprego estrutural. Essa política visava favorecer as mudanças estruturais de forma a que as economias avançadas reencontrassem os motores do crescimento sustentado.

Defesa do mercado, desregulação, descrédito do planejamento, redução dos gastos com o Estado de Bem-Estar, têm sido as palavras de ordem.

Para concluir este capítulo é fundamental assinalar que vivemos um tempo de incertezas e que nem as compreensões schumpeterianas e muito menos a neoclássica têm dado conta da acumulação de impasses. Os desequilíbrios estruturais permanecem:

- Diminuição dos ganhos de produtividade e queda da rentabilidade desde os fins dos anos 60 nos EUA;
- Aceleração da inflação e ruptura do sistema monetário internacional;
- Crescimento das lutas concorrenciais entre economias nacionais (ver recente crise sobre tarifas do GATT para agricultura entre CEE e USA);
- Explosão do desemprego;
- Flexibilização do trabalho e redução da política do Bem-Estar Social.

A Federação Européia de Pesquisas Econômicas (FERE), que reúne atualmente 7 centros de pesquisas em sete países europeus - CEPREMAP (França); CEPG/Universidade de Cambridge (Inglaterra); ISMERI (Itália); SEVI (Bélgica); FEWP/Universidade de Bremen (Alemanha); ESRI (Irlanda) e a Universidade Saint Jaques de Compostela (Espanha) - mantida pela Comissão da Comunidade Européia, realizou estudos sobre os aspectos da atual crise econômica, como o desemprego, a estagnação do poder de compra, a segmentação dos mercados de trabalho, entre outros, e chegou a conclusões nada otimistas sobre o atual quadro europeu.

Tentarei aqui sumarizar apenas alguns indicadores de pesquisas plurinacionais coordenadas por Robert Boyer (1987). Logo de início duas características sobressaem: o significativo aumento da população desempregada e os cortes nas políticas sociais.

Na França a percentagem dos sem-trabalho na população ativa passa de 1,8% em 1974 para 8,3% em 1982.

Na Inglaterra estes números são ainda piores, passando de 3,2% da PEA em 1973 para 13,2% em 1983. Na Alemanha, país bem mais sólido em termos industriais, as taxas vão de 0,7% em 1970 para 9,5% em 1983. Na Itália a mesma taxa que até 1974 não ultrapassava os 5% passa para 10% em 1984.

Outra característica relevante é o desemprego entre os jovens:

França: se a taxa da PEA é de 7,9% em 1983, para os jovens entre 15 a 25 anos é de 21%.

Inglaterra: se a taxa da PEA é de 13,2% em 1983, para os jovens é de 39,6%.

Itália: em 1973, 60% dos desempregados tinham menos de 25 anos. Ao fim de 1984, 76% dos desempregados tinham menos que 30 anos (Petit, Ward; Lei Thüaser, Wolleb, 1987).

Se tomarmos os indicadores econômicos internacionais, de junho de 1992, verificamos que dos países citados, a situação do desemprego só melhorou na Alemanha, hoje com 6,7% do PEA. Todos os demais ampliaram as taxas de desemprego: França (10,3%); Itália (10,9%), sendo ainda impressionantes as taxas da Irlanda (17,3%) e Canadá (11,6%).

É evidente, portanto, a desintegração da esfera pública e, como diz com acerto o filósofo Habermas a propósito da situação pré-falimentar da política de Bem-Estar Social, que desde a metade dos anos 70 *"os limites do projeto do Estado Social ficam evidentes sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. (...) a nova inteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado Social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras*

de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada" (Habermas, 1987).

A crise no mercado de trabalho, o posicionamento defensivo das organizações sindicais, o incremento do emprego informal que enfraquece as contribuições sociais (flexibilização), o desemprego aberto de jovens, idosos e mulheres estão aí para demonstrar quer a instabilidade do sistema neoliberal, quer o avanço da globalização; ou seja, dada a grande interpenetração das economias, é impossível superar o quadro com um proposta nacional. Na verdade, os problemas mais urgentes, hoje, são internacionais, pois tanto a questão da divída externa do Terceiro Mundo quanto uma política efetiva de defesa do meio ambiente passam por soluções globais.

Percebe-se no início da última década do século a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho apoiada por uma verdadeira revolução tecnológica, cujo ator central é o Japão, hoje com posição de liderança no sistema financeiro, tendo deslocado a hegemonia dos ingleses e norte-americanos. Vale dizer que dos 20 maiores bancos mundiais, 14 são japoneses e só um, o Citicorp, é americano (**Time**, 21/05/90).

O recente plebiscito na Suíça que negou a adesão do país ao Espaço Econômico Europeu, tal qual a Dinamarca há meses atrás, vem demonstrar que a reestruturação das economias centrais ainda não está terminada, mas é uma questão de tempo.

Impressiona o teor de um documento da Confederação das Centrais Sindicais da Suécia (LO), que alude ao processo de integração à CEE. Os escandinavos temem a integração em razão da política neo-liberal que domina a Europa, capaz de ameaçar o seu desenvolvido modelo de bem estar social. A resistência soa como "o canto do cisne" e tem um sentido premonitório de rendição:

> *"A CEE trará maiores problemas para os sindicatos suecos. Nós seremos forçados a lutar mais duramente por justiça. Mas ao mesmo tempo, a integração proverá a única chance para o crescimento da economia sueca (...) A Suécia*

deve participar na integração por razões econômicas. Ela vai receber pressões para se adaptar às condições políticas e sindicais dos governos conservadores da CEE." (LO, 1990)

Cabe a pergunta: Se um país equilibrado e rico como a Suécia não vê formas de escapar à integração, o que dizer dos países enredados na trama expoliativa da dívida externa?

IV. A América Latina no Contexto da Globalização: "a Década Perdida"

"nada nos exime da obrigação intelectual de analisar nossos próprios fenômenos e encontrar nossa própria imagem no empenho de transformar a ordem de coisas existentes".

Raúl Prebisch

Pensar a inserção da América Latina no contexto ampliado da globalização exige considerar, como ponto de partida, alguns aspectos desse quadro ainda não acabado, mas que já possui um esboço definido, linhas diretoras e algumas cores delineadas.

De início, refletir sobre a crise e a liqüidação das experiências do socialismo real, por conseguinte, do fim da Guerra Fria; do processo de reorganização política da Europa Ocidental; da crise estrutural da economia norte-americana; da emergência do Japão como um centro hegemônico mundial; da conformação de blocos supranacionais como o Espaço Econômico Europeu, o bloco do Pacífico, o NAFTA, (as experiências mais tímidas como o Mercosul), Pacto Andino, Mercado Centro-Americano e a não menos importante revolução tecnológica que vem redefinindo a hegemonia deste ou daquele país no contexto das nações.

A década de 80 foi o palco da estruturação de uma Nova Ordem Mundial, a partir dos países da OCDE, impulsionada por uma Revolução Tecnológica que estabelece uma nova divisão do trabalho

em escala planetária; alicerçada em uma concentração de capitais inaudita e na flexibilização do trabalho.

A América Latina teve, justamente neste período, uma ampliação do *gap* que a separa dos países centrais em termos de crescimento econômico, níveis de produtividade, pesquisa e desenvolvimento e em todos os indicadores sociais e de qualidade de vida, com a ressurgência, inclusive, de epidemias a séculos superadas no Primeiro Mundo.

Se atentarmos para os indicadores econômicos e sociais da região nos daremos conta não só da gravidade da situação, mas entenderemos com clareza porque os anos 80 receberam aí o epíteto de "Década Perdida".

Em primeiro lugar temos que, ao iniciar-se a década de 80, havia 362 milhões de habitantes vivendo na América Latina e Caribe e, ao seu findar, 448 milhões.

Estima-se, em termos bem gerais, que em 1980 cerca de 112 milhões de latino-americanos e caribenhos viviam abaixo da linha de pobreza, o equivalente a 33% da população da época. Esse número aumentou para 164 milhões em 1986, perfazendo 38% da população total (CEPAL, 1990).

Esta situação está estruturalmente articulada com o mecanismo asfixiante da dívida externa desses países e ao fato de ter a região se transformado num exportador de capitais.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe estima em trabalho recente que a região transferiu para o exterior a bagatela de 204.7 bilhões de dólares entre 1982 e 1989. É um ajuste às "avessas", onde os pobres financiam os ricos, em função das políticas recessivas do Fundo Monetário Internacional, reestruturando, portanto, a capacidade de investimentos da economia central.

Esta lógica perversa que impulsiona a globalização, torna evidente que qualquer política econômica alternativa a ser levada isoladamente ou em bloco pelos países periféricos está condicionada não só pelo grau de abertura que tenha o comércio internacional,

mas, sobretudo, pela forma de tratamento que for dada ao endividamento externo que limita não só a capacidade de importação, como o *fluxo de inversões produtivas.*

Neste sentido, em décadas passadas a expansão da capacidade produtiva – de exportação e para o mercado interno – se calcou num patamar relativamente elevado e crescente de inversão privada e pública, entre 22 e 25% do Produto Interno Bruto.

TABELA 5
AMÉRICA LATINA - COEFICIENTE DE INVERSÃO
(PERCENTAGEM DA INVERSÃO BRUTA FIXA NO PRODUTO INTERNO BRUTO)

Países	Ano 1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
A. Latina (Total)	22.7	22.5	20.0	16.6	15.9	16.2	16.8	16.8	16.5	16.4
Argentina	22.2	19.6	15.1	14.0	12.4	11.5	11.8	13.2	11.7	9.9
Brasil	22.9	21.0	19.5	16.9	16.2	16.7	19.0	18.3	17.6	17.7
México	24.8	26.5	22.2	16.6	17.0	17.9	16.4	16.1	16.9	17.8
Uruguai	16.7	16.0	15.1	10.8	9.5	7.3	7.6	8.6	8.9	9.0
Venezuela	25.2	26.3	25.6	19.9	16.4	17.1	18.4	17.8	17.9	14.5

Fonte: CEPAL, sobre base de dados oficiais, in "Transformación Productiva con Equidad", 1990, p. 38.

O panorama dos anos 80 mudou radicalmente esta tendência, como fica patente na Tabela 5. A deterioração dos termos de intercâmbio (vender mais por menos) e o serviço da dívida, com uma redução massiva da entrada de capitais externos, reduziram consideravelmente a disponibilidade de recursos susceptíveis de inversão. O coeficiente líquido de inversão caiu de 23% em 1980 para 16,5% em 1988. Verifique-se que é justamente a partir de 1982 que a queda é vertiginosa.

Se tomarmos outro indicador fundamental que é a *evolução do Produto Interno Bruto por habitante*, teremos a confirmação do processo de desindustrialização que vem sofrendo a região.

Será ocioso aqui explicitar a natureza do endividamento externo que vem provocando efeitos tão dramáticos sobre a população da região, mas cabe assinalar alguns fatos que já estão na origem da nova ordem mundial, a saber: a recriação e expansão do mercado internacional de capitais; a privatização do financiamento externo; o predomínio do sistema bancário neste mercado de capitais, a sua oligopolização e a falta de controle e responsabilidades públicas sobre esse processo. Os petrodólares, ou inversões externas, passam a ser feitas não de governo a governo mas de particulares a governos e grupos privados, sendo que grande parte desses recursos, ao invés de contribuir para ampliar e diversificar a capacidade produtiva, se deslocava para o consumo.

TABELA 6

AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE

Países	Ano 1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1981/89
A. Latina (exclui cuba)	-1.9	-3.5	-5.0	1.2	1.3	1.4	0.7	-1.5	-1.0	-8.3
Argentina	-8.4	-7.2	1.1	0.9	-5.9	4.4	0.5	-4.4	-6.7	-23.5
Brasil	-6.5	-1.6	-5.6	2.8	6.1	5.2	1.5	-2.4	0.9	-0.4
México	6.1	-3.0	-6.5	1.2	0.2	-6.0	-0.8	-1.1	0.8	-9.2
Uruguai	0.8	-10.6	-6.6	-1.9	-0.4	7.2	5.8	-0.4	-0.1	-7.2
Venezuela	-4.0	-4.0	-8.1	-4.2	-1.0	3.1	-0.5	2.1	-10.8	-24.9

Fonte: CEPAL, sobre base de dados oficiais, in "Transformación Productiva com Equidad", 1990, p. 22.

A isto pode-se aludir que os credores não têm responsabilidade, mas é notório que parcela significativa do "dólar negro" vinha carimbado, com a exigência de compras de pacotes tecnológicos duvidosos como no caso dos projetos nucleares.

Um outro aspecto relevante foi a irresponsabilidade de se contrair uma dívida externa sem estabelecer os limites dos juros.

Como disse Osvaldo Sunkel (1984), *"uma recessão nas economias centrais bastou para mostrar ao Chile, México, Argentina, Brasil e Equador as insuficiências do monetarismo e do desenvolvimentismo"*.

A crise social que estamos vivendo hoje tem o agravante da inércia e do esgotamento das utopias, da descrença em projetos e forças políticas. A região está em processo de marginalização acentuada.

Em 1960, o valor das exportações totais da América Latina e Caribe representava em torno de 7,7% das exportações mundiais. Em 1980, esta cifra caía para 5,5% e em 1988 chegou a 3,9%. *"As cifras não revelam só a contração do nível da atividade econômica mas também a deterioração da capacidade negociadora dos países da região"* (CEPAL/1990 p. 24).

Se tomarmos especificamente as relações comerciais da América Latina com os Estados Unidos, elas perderam em importância para o país líder; ou seja, a região depende excessivamente dos norte-americanos, numa quase caracterização de oligopsônio, enquanto a América Latina representa cada vez menos comercialmente para os EUA.

> *"Nos anos 80 sua participação (dos EUA) nas exportações latino americanas cresceu de 42% para 52%. Por outro lado, as importações provenientes dos EUA passaram de 43% para 57%. Ora, a parcela da América Latina no conjunto das importações norte-americanas baixou de 15% para 10%, e no destino das exportações dos EUA, de 18% para 14%. No mesmo período, a participação do Japão nas importações norte-americanas subiu de 13% para 21%"* (Furtado:2-23).

Os dados acima demonstram que o Japão tem muito maior significado econômico para os EUA do que os 25 países da América Latina juntos. Em termos não quantitativos isso representa a nova

face da globalização: temos perdido as vantagens comparativas em termos de mão-de-obra barata em função do incremento tecnológico. Por outro lado, as matérias primas vêm perdendo preço por conta da revolução dos novos materiais, (fibra sintética, tecno-plástico).

> *"Iniciamos os anos 90 com o peso da inércia recessiva dos anos oitenta, com um passivo que significa sua dívida externa e a presença de uma fundamental inadequação entre as estruturas da demanda internacional e a composição das exportações latinas e caribenhas"* (CEPAL, 1990).

Um quadro de tamanha complexidade exige, no mínimo, cautela. Aqui é oportuno lembrar a afirmativa de Bourdieu sobre o "funcionalismo do pior", ou seja, o perigo que representa tomar a história concreta como o desenvolvimento implacável de algum conceito: *"se o mundo foi feito assim, é que ele foi construído nos interesses dos poderosos, ou conforme as exigências do sistema"*.

A América Latina está numa encruzilhada e uma metáfora como esta pressupõe, pelo menos, uma alternativa. Nesse sentido, retorno ao importante e detalhado estudo da CEPAL, "Transformación Produtiva Con Equidad", que além de amplo diagnóstico sobre a região, desenha as condições para uma retomada do crescimento, tratando, inclusive, de aspectos setoriais. O que há de novo na interpretação e no esboço de propostas, é o ponto de vista plural, não ortodoxo, que toma como um dado essencial na análise o contexto da globalização.

No mesmo sentido, trabalhos como os de Fernando Fajnzylber, economista chileno recém falecido, que tratam da necessidade urgente de países de industrialização tardia acompanharem as tendências tecnológicas internacionais como condicionante para uma inserção nos mercados internacionais.

> *"Na América Latina se torna impostergável uma transformação produtiva que permita elevar a produtividade da mão-de-obra, sustentar a competitividade internacional 'autêntica' apoiada na incorporação de progresso técnico, fortalecer e ampliar a base industrial latino-americana, elevar*

massivamente o nível da qualificação da mão-de-obra e conseguir o estabelecimento de relações de cooperação construtiva entre o governo, setor empresarial e sindicato, baseado em acordos estratégicos que dêem permanência às políticas econômicas" (Fajnzylber, 1989).

Fajnzylber, comparando e contrastando a América Latina e os GEIC'S *Growth with Equity Industrializing Countries*, a saber o Brasil, a Argentina e o México; com Espanha, Portugal, e a Coréia do Sul, apresenta alguns resultados nodais:

1. que a capacidade potencial dos dois grupos foi aproveitada diferentemente com respeito à inserção internacional;
2. que em 1985, o agregado de manufaturas maduras e novas crescem 22% (12% e 10% respectivamente), quando nos GEIC'S esses setores dinâmicos representavam 75% de suas exportações totais (40% e 35%, respectivamente).

O economista ressalta a predominância de uma mentalidade rentista na América Latina: *"Sociedade onde predomina uma base generosa de recursos naturais, ocorre provocar situações de elevada concentração da propriedade, seja no setor privado, seja no público (...) tende a gerar lideranças que se sustentam no usufruto de rendas e configurando sociedades estamentárias e estados patrimonialistas. A expressão prática desta difusão de valores rentistas é o paroquialismo, a aversão ao risco, à inovação tecnológica, que se dissemina em vários âmbitos do setor público, do setor privado, instituições (partidos, sindicatos, grupos profissionais, burocracia)"* (Fajnzylber:93).

A análise cai como uma luva na realidade brasileira.

O sentido geral de transformação produtiva proposta pelo economista é o seguinte:

1. transitar da "renda perecível" dos recursos naturais até a "renda não perecível" da incorporação do progresso técnico ao setor produtivo;

2. deslocar a prioridade desde o conjunto do setor manufatureiro aos sub-setores específicos que contribuem a incorporar e difundir progresso técnico para o conjunto do setor produtivo;
3. favorecer a inserção internacional de forma a impulsionar a elevação da produtividade e competividade dos setores específicos;
4. introduzir modificações nas instituições e políticas públicas com o objetivo de induzir no setor privado, comportamentos coerentes com os critérios anteriores;
5. Promover um contexto institucional inclinado à colaboração estratégica entre governo-empresariado e setor sindical" (Fajnzylber, 1989:109).

À guisa de conclusão, ainda algumas palavras sobre o Mercosul, tão ridicularizado entre nós: a balança comercial brasileira de 1992 tem apontado um desvio da tendência prevalecente desde a década de 80 no destino das exportações. As exportações brasileiras para os países industrializados decresceram 1.7% de janeiro a julho em relação ao mesmo período de 1991, enquanto para os países em desenvolvimento cresceram 18.6%. "Para isso contribuiram o desempenho das exportações para a Argentina." Com esse crescimento, o mercado argentino passou a ser o nosso segundo parceiro comercial, atrás somente dos EUA (**Boletim de Conjuntura**, CECON, 1992:31).

Duas considerações a fazer. A primeira é que, mesmo em se tratando de um fato conjuntural, não nega a importância de uma política de integração com o país vizinho. A segunda, é que há toda uma complementariedade de trocas comerciais a serem implementadas com os países vizinhos, e ainda pouco explorada.

Cabe fechar este trabalho com algumas prudentes considerações metodológicas dos regulacionistas franceses. A primeira afirma que a viabilidade de um modo histórico de desenvolvimento pode ser estudada rigorosamente sem postular a *priori*, nem sua instabilidade estrutural, nem seu auto-equilíbrio espontâneo. A segunda diz que

os problemas de política econômica de saída da crise não podem ser discutidos no abstrato, quer dizer, independentemente do conjunto de formas institucionais em vigor.

Uma influência forte para os regulacionistas tem sido a Escola dos Anais: *"cada sociedade tem as crises e a conjuntura de sua estrutura"* (Labrousse). Dessa forma, Robert Boyer, respondendo à questão sobre as formas nacionais de crescimento e crise numa mesma época histórica e sem negar a globalização, insiste nos estudos detalhados de casos:

> *"A evidência do ritmo da internacionalização – das trocas, da produção, da finança e da moeda, a conjuntura própria a cada economia é freqüentemente concebida como a projeção (no sentido matemático do termo) – de uma lógica que se exprime ao nível do sistema internacional, ou mundial.*
>
> *Mas da hipótese da interdependência se passa à homogeneidade ou à hierarquização estrita dos determinantes do crescimento e das crises. As especificidades propriamente nacionais tendem a se dissolver de forma que se perdem de vista a unidade contraditória dos fatores de coesão e o estilhaçamento da economia internacional. Ora, a história dos últimos três decênios sublinha a amplitude das diferenças entre países"* (Boyer, 1987a:38).

A ressalva é importante para caracterizar a América Latina; no caso, aponta para o reducionismo das construções abstratas que igualam, por exemplo, numa mesma categoria o Brasil e a Bolívia, no Terceiro Mundo, esquecendo as diferenças. A região contudo tem, ao longo do século, apresentado algumas invariantes que caracterizam o processo de dependência. É certo que tivemos uma "década perdida" na economia, mas também uma "década vencedora" da democracia, com avanços consideráveis no plano político. Os recentes acontecimentos no Peru e na Venezuela são uma advertência para a falta de projetos e a incerteza dos governos e partidos;

assinalam para o frágil equilíbrio entre democracia e prolongada crise econômica.

Comecei este capítulo por um argentino que falava da "obrigação intelectual de analisar nossos próprios fenômenos"; termino com Jorge Luiz Borges, um portenho:

> *"Entre las cosas hay una de la que no se arrepiente nadie en la terra. Esa cosa es haber sido valiente. Siempre el coraje es mejor, la esperanza nunca es vana."*

BIBLIOGRAFIA

AGLIETTA, Michel, *Regulación y crisis del capitalismo. La experiencia de los Estados Unidos*, Siglo Veintiuno Ed., México, 1979.

AMIN, Samir, *L'empire du Chaos. La nouvelle mondialisation capitaliste*, Ed. L'Harmattan, Paris, 1991.

ANDERSON, Benedict, "The Last Empires", in **New Left Review**, nº 193, may/june, London, 1992.

BERNSTEIN, Richard, *Habermas and modernity*, Basil Blackwell, Oxford, 1985.

ATTALI, Jaques, *Milenio*, Seix Barral, Barcelona, 1991.

BOYER, Robert, *Capitalismes fin-de-siècle*, PUF, Paris, 1986.

——— . *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.

——— . *La théorie de la regulation: une analyse critique*, Ed. La Découverte, Paris, 1987a.

BRAUDEL, Fernand, *A dinâmica do capitalismo*, Ed. Teorema, Lisboa, 1986.

BRUNHOFF, Suzanne de, *A hora do mercado. Crítica do liberalismo*, Ed. UNESP, São Paulo, 1991.

CASTRO, Nádia Araújo e GUIMARÃES, Antonio Sérgio, "Além de Braverman, depois de Burawoy", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, ano 6, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1991.

CEPAL, *Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Transformación Productiva con Equidad*, Nações Unidas, Santiago de Chile, 1990.

CECON, **Boletim de Conjuntura**, Centro de Estudos de Conjuntura, Instituto de Economia, out., vol IV., nº 5, UNICAMP, 1992.

CORIAT, Benjamin, *Penser à l'envers*, Christian Bourgeois Ed., Paris, 1991.

COUTINHO, Luciano, "Percalços e problemas da economia mundial capitalista", in *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, (org. Belluzo e Coutinho, R.), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

DEBATE SINDICAL, CUT/DESEP, ano 2, nº 7, fev. São Paulo, 1988.

FAJNZYLBER, Fernand, "Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina", in **Pensamiento Ibérico Americano**, nº 16, jul/dec., Madrid, ICI/CEPAL, 1989.

FURTADO, Celso, *A construção interrompida*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

——— . *Transformação e crise na economia mundial*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

——— . *A dialética do desenvolvimento*, Ed. Fundo de Cultura, São Paulo, 1964.

HABERMAS, Jürgen, *Discurso filosófico da modernidade*, Publicações Don Quixote, Lisboa, 1990.

——— . "Habermas. um Perfil Filosófico-Político." in **Novos Estudos CEBRAP**, set., nº 18, São Paulo, 1987.

——— . "A nova intransparência. A crise do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas", in **Novos Estudos CEBRAP**, set, nº 18, São Paulo, 1987.

HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, Ed. Loyola, São Paulo, 1992.

HILFERDING, Rudolf, "O Capital Financeiro", Coleção **Os Economistas**, Nova Cultural, São Paulo, 1985.

HOFFMAN, K., e Kaplinsky, R., *The driving force*, West View Press, Colorado, 1988.

IANNI, Octávio, *A sociedade global*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

KAPLINSKY, Raphael, "Reestructuring the capitalist labour process: some lessons from the automobile industry", IDS, Sussex, 1988 (mimeo).

LATOUCHE, Serge, *L'occidentalisation du monde*, Ed. La Découverte, Paris, 1989.

LEITHAÜSER, Gehard, "Des flexibilités ... et pourtant une crise: la Republique féderale d'Allemagne", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e história*, Ed. Presença, Lisboa, 1987.

LIMA, Marcos Costa, "Luz e sombra: sistema mundial em tempos de crise", UNICAMP, 1992a, (mimeo).

——. "Desenvolvimento sustentável. A crise do fordismo e os países periféricos", UNICAMP, 1992, mimeo.

LIPIETZ, Alain, *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*, Ed. La Découverte, Paris, 1985.

MARX, Karl, *O Capital*, Livro I. vol. 2. DIFEL, São Paulo, 1982.

MARX, Karl e Engels, F., *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1988.

MATTOSO, Jorge Eduardo, "Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho. Panorama visto do Brasil", **Cadernos da CESIT**, nº 7, UNICAMP, Instituto de Economia. Campinas, 1992.

PEREZ, Carlota, "Microelectrônica, ondas largas y cambio estructural mundial. Nuevas perspectivas para los países en Desarrollo", julio. Sussex., **Science Policy Research** (SPRU), 1984.

PETIT, Pascal, "Heurs et Malheurs de l'état face au rapport salarial: la France", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.

Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Brasília. Presidência da República, 1991.

SERRA, José, "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra", in *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, (org. Belluzo e Coutinho, R.), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

SILVA, Elizabeth B., *Refazendo a fábrica fordista*, Hucitec, São Paulo, 1991.

SUNKEL, Osvaldo, "Pasado, presente y futuro de la crisis económica internacional", in **El Trimestre Económico**, Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, abril, 1984.

TAVARES, Maria da Conceição, "Ajuste e reestruturação nos países centrais", in **Economia e Sociedade**, nº 1. Agosto. UNICAMP, 1992.

THE SWEDISH TRADE UNION CONFEDERATION (LO), Trad. Union Perspectives on European Integration. Europe, The Future of Trade Unions. Stockolm. May 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel, *O capitalismo histórico*, Brasiliense, São Paulo, 1985.

WARD, Terry, "De la crise rampante à la rupture: le Royaume Uni", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.

WOLLEB, Enrico, "D'une institutionalisation tardive au contournement: L'Italie", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. la Découverte, Paris, 1987.

WOOD, Stehen, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, Ano 6, ANPOCS, Rio de Janeiro, out., 1991.